

Ata da 41ª Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 08 (oito) de junho do ano de 2004 (dois mil e quatro).

As dez e oito horas do dia 08 (oito) de junho do ano de 2004 (dois mil e quatro) sob a Presidência do Sr. Vereador Carlos de Carvalho Jr. e com a participação do Primeiro Secretário, o Sr. Vereador Vilas Rodrigues Pinho, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Luiz Silva da Rocha, Amgury Valério Thomas Junior, Augusto Salvador Miranda de Carvalho, Raul Vinício Arcanjo Filho, Eduardo Corrêa Rita, Emanuel Fernandez Freire da Silva, Gustavo Antônio Guimarães Peranger, Fábio dos Santos Mendes, José Eduardo Silva de Almada, Luiz Carlos Lobo, Eduardo Ferreira da Fonseca, Rui Marchado de Souza e Dilmar Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E seguir, lido e aprovada a seguinte Ata: Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo e seguir, o Senhor Presidente, após o cumprimento do rito regimental solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que empõe do seguinte: Projeto/GPPRS - CR n° 28/2004 - Prefeito Municipal, assunto: Encargos, para cumprimento desta Casa legislativa e devidos fins o Balanço financeiro relativo ao período de março e abril de 2004. Projeto/GPPRS - CR n° 19/2004 - Prefeito Municipal - Remoção n° 18/2004 - Projeto de Lei n° 046/2004, assunto: Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção social à entidade Associação Cultural Ophanim de Casagrinha, no valor R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), Indicação n° 117/2004 - Vereador Vilas Rodrigues Pinho, assunto: Solução ao, bem: Senhor Prefeito Municipal urgência na colocação de lanchões no Rua Luiz Lindemberg, em frente ao Colégio Luiz Lindemberg, no Bairro Guarani. Determinada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente transcreveu a tribuna aos Senhores Vereadores. Deputou a tribuna como primeiro Obediente, o Vereador Fábio dos Santos Mendes, que inicialmente fez comentários sobre documento infra

do pelo CPE (Sindicato dos Professores de Educação) destacando que o mesmo tra-
za históricos enumerando os problemas da Educação e também proposição de
Plano de Curso e Curricula, englobando também o pessoal que trabalhava no espaço
que visava sobretudo aliviar tais servidões que há muito vinham ruindo-
do melhorias no setor educacional. Falou da necessidade de uma política
voltada para a área de Educação que era um segmento de extrema importân-
cia para o Município, ressaltando que havia em unânime equiparar de apoio
e base retribuição de salário era um salário mínimo, visto que não houve
aquele salarial nos últimos dois anos o que era inadmissível. Continuando,
discorreu sobre a Resolução 813 dispondo sobre a criação de estrutura de
Gabinete, sublinhando que muitos foram as disposições acerca da mesma, e
nenhuma exigência se ajuizou a respeito do Qd Administrativo que acom-
panhava a Resolução 811 que extinguiu tais acessórios e que eram re-
ferentes aos valores de criação da dívida indenizatória. Disse que prepa-
rara uma prestação de contas, no sentido de esclarecer a aplicação da dí-
vida indenizatória, visto que o Qd em questão fora transformado em ação po-
lítica. Disse que até mesmo o chefe do Conselho Municipal em programa
de rádio local enfatizou que o Vereador já não tentara tirar proveito da situa-
ção afirmando que a medida era legal, mas não era moral, como forma de
denunciar o caráter dissolutivo. Adiante, falei de sua angústia em relação
aquela situação, declarando que naquela tarde encontrava-se aliviado
porque desenvolvera cada envelope que recebera como dívida indenizatória
e que fora utilizado para pagamento de sua despesa de transporte o
mesmo na conta da Câmara Municipal de Tubo Fino. Continuando, afirmou
que a criação da dívida indenizatória havia repercutido negativa que
inclusive alcançara os ruas do Município. Observou a seguir que obtivera
respeito em virtude de que os anseios, ou melhor de que os seus mal-
que havia empregado em seu mandato e no Gabinete o que pôde com-
provar com documentos e notas fiscais. Disse que ninguém questionava por-
to aos fatos que o Vereador despendia normalmente em relação a despesa
de arquivo, engenharia, advogado, e demais profissionais contratados
para a orientação sobre assuntos de interesse público constantemente aborda-
do à Tribuna do legislativo Municipal. Prosseguiu, enfiou a palavra e os
vereadores pela circulação na imprensa de notícias que denunciam a situação
no Municipal, registrando que faltava-se de ex-vereadores que inclusive se utiliz-

com das mesmas necessidades. Disse que os mesmos deveriam ter a dignidade de usar da virgindade, posto que as verbas enfiadas com a transformação das pessoas em virbe indiginabena de gabinete existam desde mil novecentos e noventa e dois e por quatro anos ainda recebendo, no que encerneu sua fala. Despejou o tribuna o vereador Amurey Valério Thomas Junior, que inicialmente congratulou-se com o vereador gônio dos Santos sendo que ao desarmo proferido na tribuna, destacando que naquela época ambos tinham como objetivo defender o legislativo municipal. Adiante, discorreu sobre os comentários que se espalhavam pelo município o respeito devido indiginabena, sublinhando que por isso os que apuravam-se em macular o legislativo municipal não continham o grande problema da Câmara Municipal que consistia na demissão de 68 servidores em obediência ao Tribunal de Contas. Disse ainda, que o alarde e desparatérios publicados com relação à Câmara Municipal, caracterizava o índole de pessoas que somente visavam benefícios pessoais. Adiante, disse que em todos os segmentos sociais existiam mais profissionais, mas que tal fato não deveria machucar toda a corporação. Continuando, enumerou os indivíduos plantínicos e disporbistas que foram privilegiados com subsídios aprovados na Casa legislativa. Adiante, registrou a presença do Senhor Daniel Felix na Osmotência, enfatizando que ao mesmo hora concedido subsídio, mesmo com voto contra de um vereador. E mais, disse que tal Senhor desenvolveria um trabalho fantástico. Afirmando que o Tribunal de Contas encontrava-se instalado na Câmara Municipal em audição e não encontrara nenhuma ilegalidade que pudesse condicionar o legislativo de Friburgo. Disse, que a Casa do povo era o retrato da população que escolheu seus representantes. A seguir, falou sobre a inauguração de dois pontos de saúde na próxima quinta-feira, um em Ponte Alegre, outro na Praia do Biquinho, o que confluía a abjeção do respeito do Executivo Municipal para com tais comunidades. Disse o requer, que o cidadão esportense deveria exigir que seu representante no legislativo municipal atuasse em prol do esportense no que encerneu sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Nada além, foi aprovado parecer favorável da Comissão de Finanças, Orçamento e Administração o Projeto de Lei nº 040/2004 - Formação Executiva nº 22/2004, sendo

a requer, encaminhado para a Comissão de Redução Anual. Foi encaminhado para a Comissão de Legislação e Justiça o Projeto de Lei nº 046/2004 - Renúncia nº 16/2004. Foi aprovada a Indicação nº 117/2004. Determinada a Comissão, ou melhor a Ordem do Dia, o Senhor Presidente convocou a Tribuna para a Explicação Anual. Depois a Tribuna em Explicação Anual, o Vereador Emanuel Fernandes, que usualmente comenta sobre a postura do Vereador no legislativo Municipal, destacando que questionado quanto ao recebimento da Virba Indenizatória, respondeu que não se tinha envigorado, visto que sua conduta jamais visava outra coisa que não fosse o bem da coletividade. Falou da responsabilidade do Vereador para com seus eleitores que eram cidadãos estivessem que alieavam suas candidaturas a Virbança. Disse, que a repercussão nos ruas da cidade sobre a Virba Indenizatória acabara por deflamar o diálogo do Vereador com o povo pelas ruas da cidade como era comum em época de eleição. Adiante, falou sobre a importância de uma profunda reflexão acerca da reconstrução dos assessoros imprescindíveis para o funcionamento do legislativo Municipal, no que encerra sua fala. Não havendo mais indagações para o uso da Tribuna em Explicação Anual, o Senhor Presidente encerra a presente sessão em nome de Deus. E, para constar mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação dos membros, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

1
2
3
4
5



Ata da Sessão Extraordinária do Primeiro Período Legislativo do Município Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 15 (quinze) de junho do ano de 2004 (dois mil e quatro).

Os demais membros do dia 15 (quinze) de junho do ano de 2004 (dois mil e quatro) sob a presidência do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Andrade e com a participação da Sessão Extraordinária "ad hoc" pelo Vereador Fábio dos Santos Mendes, reuniram-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio e, em nome de Deus, responderam a chamada nominal os seguintes